

Lutas clandestinas,
maternidades em dilema:
memórias de mulheres
militantes nas ditaduras civis-
militares do Cone Sul

Underground activism and
motherhood dilemma: the
memory of women activists
throughout civic-military
dictatorships in Southern
America

Romilda Costa Motta¹

Lívia de Azevedo Silveira Rangel²



Resumo: Os temas que envolvem as memórias políticas de mulheres entraram definitivamente no horizonte das pesquisas históricas. Especial atenção tem sido direcionada aos testemunhos de mulheres militantes nos períodos das ditaduras civis-militares na América do Sul. Partindo do diálogo com essa produção recente da historiografia latino-americana, este artigo propõe analisar a relação entre memória, história, subjetividade e experiência a partir das questões de gênero que atravessaram as tensões e ambiguidades entre a militância política de mulheres nas organizações de esquerda e a maternidade como dilema desse processo. É dado o enfoque a dois países do Cone Sul em que profundas similaridades são percebidas, Brasil e Argentina. Adotando como fontes privilegiadas relatos autobiográficos, depoimentos e entrevistas publicados em livros e outros suportes, o artigo busca indicar a complexidade do assunto, colocando em evidência os matizes e a pluralidade de experiências e visões a respeito da militância em seu entrelaçamento com a maternidade.

Palavras-chave: História da América Latina; Estudos de gênero; Ditaduras no cone sul; Militância política; Maternidade.

Abstract: The themes regarding the political memory of women have become an intrinsic part of modern historic research. Special attention has been directed toward the testimony of feminine activist figures that have risen during the civilian-military dictatorships in South America. Deriving from the dialogue with this recent trend on modern South American historiography, the present article suggests an analysis between memory, history, subjectivity and experience based on the gender dynamics that permeated the tensions and ambiguities found in the dilemma of women dedicated to left-wing political activism and motherhood. Special attention is given to two countries in the Southern Cone region of South America, Brazil and Argentina, for which profound similarities can be noticed. Adopting as privileged resources autobiographical accounts and testimonies published in books and other platforms, this article intends to point out the



complexity of this issue, highlighting the different nuances and plurality of experiences and perspectives concerning political activism and its intertwining with motherhood.

Keywords: History of Latin America; Gender studies; Dictatorships in the southern cone; Political activism; Motherhood.

Romilda Costa Motta / Lívia de Azevedo Silveira Rangel
Lutas clandestinas, maternidades em dilema: memórias de
mulheres militantes nas ditaduras civis-militares do Cone Sul



Mulheres participando dos movimentos políticos ao longo da História não é novidade. Ainda que por difíceis caminhos, posto que suas ações não eram consideradas dignas de registros, os rastros de uma participação ativa de mulheres em vários dos acontecimentos considerados marcantes foram sendo paulatinamente identificados nos documentos e passaram então a fazer parte da historiografia, em particular da latino-americana. Neste último caso, os regimes autoritários implantados em países da região ao longo dos anos 1960, perdurando até parte da década de 1980, trazem singularidades que permanecem sendo investigadas. A partir de novas perspectivas teóricas e metodológicas, como a das relações de gênero, algumas interpretações têm sido exploradas dando atenção às diversas formas de atuações políticas, às discussões sobre violência de gênero, mulheres na luta armada, às tensões entre maternidade e militância, entre outros aspectos.

A maternidade, um domínio da História das Mulheres que ocupa lugar central nas definições históricas e culturais do feminino, se converteu em um dos temas privilegiados para se avançar no conhecimento da realidade daquele período, revisitando abordagens tradicionais acerca da militância política, observando as especificidades da presença e participação de mulheres nos protestos e na luta armada. Tanto o(s) conceito(s) de maternidade(s) quanto as múltiplas facetas e diferentes formas de vivenciá-las carecem de análises mais profundas. Ana Paula Vosne Martins (2008) sublinha a necessidade de se historicizar a maternidade, indicando que o/a historiador/a esteja atento às diversas abordagens e múltiplas representações que tais experiências tiveram no decorrer do tempo. Segundo a autora, a maternidade enquanto experiência ética não é semelhante para todas as mulheres, a não ser que se essencialize a maternidade ou as mulheres.

Em muitos dos novos estudos o conceito de gênero tem sido útil para explicitar a inadequação das teorias existentes que baseiam suas explicações em pressupostos biológicos para justificar as desigualdades persistentes entre os homens e as mulheres. Na visão tradicional, a maternidade foi representada como símbolo de um ideal de realização e poder femininos.³ Uma revisão crítica, advinda da análise a partir do viés de gênero, ampliou a noção sobre maternidade ao refutar o determinismo biológico que reservava a elas o destino social de mães. A perspectiva que tomou gênero como chave analítica possibilitou compreender *maternidade* como uma construção social. Conforme ressalta Lucila Scavone (2001), para alcançar compreendê-la em contextos cada vez mais complexos das sociedades contemporâneas (também de outros



tempos históricos), maternidade deve ser interpretada como um símbolo construído histórico, cultural e politicamente, resultado das relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro, designando o lugar das mulheres na família e na sociedade. Em novas interpretações, passou-se a entender que ela pode ser, também, símbolo da opressão das mulheres.

Quando se pensa mulheres como sujeitos históricos durante os regimes autoritários na América do Sul, não é incomum referências às mães de desaparecidos políticos que, resistindo a pressões, denunciaram a violência praticada pelos agentes do Estado, exigindo notícias sobre o paradeiro e/ou o retorno de seus/suas filhos/as e companheiros/as. De forma consciente e estratégica, como sublinha Cristina Wolff (2013, p. 117), muitas daquelas mulheres “usaram as emoções e sentimentos que circundam a ideia de maternidade e família, como também as configurações de gênero do feminino para chegar aos corações da opinião pública”. Sem desejar hierarquizar formas de atuações políticas, privilegiamos examinar narrativas de mulheres que, sendo mães – ou com a gravidez em curso – romperam com as normas de gênero vigentes, participando da militância e das lutas clandestinas durante os regimes ditatoriais no Brasil e na Argentina.

Memória e História nos processos traumáticos no Brasil e na Argentina

Há uma profusão de relatos concernentes ao período dos regimes civis-militares. São biografias, entrevistas, autobiografias e memórias que, além de trazerem elementos sobre o cotidiano da repressão política, tratam das experiências pessoais dos/as militantes. Dentro de uma perspectiva comparativa, o Brasil possui bem menos produções do tipo que na Argentina. Neste último ocorreu uma espécie de hiperminésia, fenômeno bastante recorrente em contextos históricos permeados por processos traumáticos (CAPELATO, 2006).⁴ No Brasil, a transição de regimes políticos contou com o acordo entre partes, estabelecendo a Lei de Anistia, decidindo que aquela seria ampla, geral e irrestrita. Sendo o esquecimento o reverso do excesso de memória, no Brasil, o que se propôs foi um tipo de amnésia coletiva.

Os recortes selecionados no presente texto foram retirados de obras como o *Brasil: Nunca Mais* (1985), *Mujeres Guerrilleras* (2006), livro de testemunhos coletados e organizados pela jornalista Marta Diana, *Mujeres insurrectas* (2015), obra de análise da historiadora argentina Patrícia Sepúlveda, entrevistas e outros documentos de cunho memorialístico produzidos por mulheres vítimas



dos regimes autoritários. São testemunhos de mulheres que se envolveram nos movimentos de lutas clandestinas, fontes que trazem marcas de subjetividades, necessitando, assim – como qualquer outro tipo de documentação com o qual historiadores/as tomam contato – receber trato metodológico adequado e olhar crítico, a fim de problematizá-los. Nessas falas, é necessário considerar, além do que é dito, os silêncios, os ocultamentos, bem como a distância entre os tempos vivido e o biográfico. Frequentemente, esses escritos memorialísticos ou testemunhos orais ocorrem décadas após os acontecimentos narrados. As testemunhas já contam com outras informações, convivem com os lapsos de memória e, claro, estabelecem amálgamas entre passado e presente.⁵

Quando se trata de documentos de um período violento, como foi o dos regimes autoritários ocorridos na América do Sul, devemos considerar os distintos contextos de produção desses testemunhos. Nossa perspectiva de análise trata de afirmar que o texto e os relatos memorialísticos transcendem o papel de narrativas de experiências e trajetórias individuais. Trazem elementos ricos para entender o cotidiano de uma época e os imaginários sociais de determinados grupos. A proposta é interrogar como, nesses exercícios rememorativos, essas mulheres (re)significaram as escolhas feitas pela militância política e como lidaram com as tensões militância, violência/tortura e a maternidade.

Clandestinidade e maternidade na ditadura civil-militar brasileira

Para o contexto brasileiro, escolhemos quatro mulheres que consideramos representativas para discutir as questões propostas. Duas delas atuaram no eixo Rio-São Paulo e, posteriormente, dirigiram-se para o sul do Pará, atuando na Guerrilha do Araguaia – as irmãs Maria Amélia Teles de Almeida e Crimeia Schmidt. As outras duas, Eleonora Menicucci e Gilse Cosenza, inicialmente enfrentaram a ditadura em Minas Gerais, como integrantes da Ação Popular (AP).

Pensar mulheres militantes no contexto das lutas clandestinas durante os regimes civis-militares exige considerar o quanto, ao fazerem a opção por causas coletivas, colocaram em xeque as estruturas da divisão sexual-social. Ao deslocarem seus interesses, ações e corpos de um lugar destinado às mulheres – o doméstico – para o espaço público e para a política, questionaram e romperam com uma série de normas morais, estereótipos e hierarquias de gênero, viabilizando outras subjetividades.

Em relação à maternidade, diferentemente do modelo tradicional reforçado



na prática política daquelas que foram às ruas para reivindicar seus/suas filhos/as desaparecidos/as, caso, por exemplo, do movimento iniciado na Argentina ainda durante o governo dos militares, conhecido como “Mães da Praça de Maio”, as mulheres do nosso recorte abraçaram a ação política na clandestinidade.

De forma breve, apresentamos alguns elementos das trajetórias das mulheres selecionadas: Crimeia Schmidt de Almeida entrou no PC do B ainda na adolescência, por influência do pai, estivador e militante. Em 1968, participou do Congresso da UNE, em Ibiúna/SP, sendo presa na ocasião. Quando se dirigiu para o sul do Pará, assumiu a identidade de “Alice”, vivendo em vilarejos do Araguaia. Os atos repressivos para pôr fim à guerrilha levaram à morte os principais envolvidos. Grávida, foi presa novamente em 1972, nascendo a criança nessas condições, ou seja, enquanto Crimeia ainda era presa política. Seu companheiro André Grobois foi assassinado na guerrilha, sem conhecer o filho.

Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), irmã de Crimeia, ingressou no PC do B aos 15 anos. Conciliou maternidade e militância antes e durante o período dos “Anos de Chumbo”. Nas descrições acerca da militância nos anos anteriores à fase mais dura, relata que a presença dos filhos, Janaína e Edson, ajudava na realização de atividades destinadas pelo Partido. Ao integrarem a experiência com os pais, os filhos ajudavam a compor a representação modelar de uma família tradicional, cumprindo a função de dar uma aparência de normalidade à vida e conferindo ao “aparelho” um clima de insuspeição perante a vizinhança (TELES apud PEREIRA, 2009). Em 1972, foi recolhida à prisão pelos agentes repressivos do temido DOI-CODI, junto com o marido César Teles. Na ocasião, os filhos tinham sete e cinco anos, respectivamente.

As duas últimas nasceram em Minas Gerais, onde também iniciaram-se na militância: Eleonora Menicucci de Oliveira participou das primeiras atividades políticas militando no Movimento Estudantil. Foi membro da primeira Diretoria da UNE, em Minas Gerais. Ingressou na POLOP (Política Operária) e, depois, no Partido Operário Comunista. Ficou grávida e teve a filha enquanto participava das lutas clandestinas. Quando presa, a filha estava com um ano e dez meses e foi levada junto. Continuou vivendo e criando a filha na clandestinidade, após o tempo de reclusão e tortura. Por fim, Gilse Westin Cosenza que começou na militância nos anos 1960, na Juventude Universitária Católica, e elegeu-se vice-presidenta do Diretório Central dos Estudantes da PUC/MG, onde estava matriculada no curso de Serviço Social. Fez parte da Organização Ação Popular, posteriormente incorporada ao PC do B.⁶ Quando presa, havia passado há pouco



tempo pela experiência de um parto de gêmeas, sendo que uma das meninas resistiu por pouco tempo.

A partir do cotejo dos relatos das mulheres selecionadas, podemos afirmar que, salvo situações nas quais aparecem sinais de mágoas ou ressentimentos em relação a posturas de dirigentes políticos com os quais estiveram ligadas, não se verifica, nas leituras *a posteriori*, manifestações de arrependimento quanto às escolhas pela militância política na clandestinidade. Todas referem-se às experiências como “tempos difíceis”, como era de se esperar. Nos depoimentos, entrevistas proferidas e/ou textos autobiográficos, vemos que destacam o fato de que experienciar a clandestinidade envolvia uma série de incertezas e dificuldades: abrir mão do convívio de pessoas do círculo familiar e social, da identidade, lidar com a força e a crueldade da violência política contra seus corpos e alma, enfrentar julgamentos e estigmas. Soma-se a tudo isso o fato de envolver contextos de torturas nos quais suas experiências de maternidade e de maternagem foram profundamente abaladas.

Os relatórios produzidos para denunciar a tortura imputada aos/às militantes que se opuseram ao regime dão conta de que os militares responsáveis por interrogar os/as presos/as não se privavam de requintes de crueldade. Sentiam-se livres para utilizar os métodos que entendessem necessários para extrair informações. Circunscrevendo-nos a tratar dos relatos de militantes mães, apreendemos que, além da violência física e sexual, sofreram violência psicológica. Assim, a tortura psicológica (e às vezes, física), envolvendo filhos/as, é descrita por essas mulheres como a mais perversa, conformando tensões e dilemas. Em seus fragmentos de memórias Eleonora Menicucci narra sua experiência:

Fui presa com a Maria; ela tinha 1 ano e 10 meses. Eu fiquei muito fragilizada, o eixo dessa fragilidade era a minha filha, que não tinha escolhido (a militância). E os torturadores pegaram na (questão da) maternidade. Eu nunca vi na minha vida expressão tão violenta, tão desestruturadora, tão arrebatadora de poder de gênero, como vi na tortura, quando eles torturaram a Maria na minha frente e não torturaram na frente do pai. Não que eu quisesse isso, é claro! Mas, foi comigo (que eles utilizaram o recurso de torturar a filha), porque eu era fraca, eu era mulher, mãe [MENICUCCI apud JOFFILY, 1996, p. 26].⁷



A fala de Eleonora traz um elemento relevante, pois demonstra que os torturadores eram, em sua maioria, dotados de uma visão acerca do feminino e sobre a maternidade baseada em valores conservadores. Nesse sentido, duas posições eram notadas: primeiro, imaginavam que a maternidade seria o elemento fragilizador, aquilo que proporcionaria as condições para obterem daquelas “fracas figuras” as informações desejadas. A outra, igualmente estereotipada, mas, num sentido oposto, tratava de ver a mulher militante política – especialmente aquelas que se engajaram na luta armada – como uma deturpação do feminino e da imagem sacralizada da “mãe”.

Em um dos depoimentos à historiadora Mariana Joffily, Gilse Cosenza descreveu que, durante o tempo de prisão, das vezes em que era levada para as sessões de interrogatório, não era sempre que lhe submetiam à violência física, contudo, quando não aconteciam os flagelos de tortura no seu corpo, era comum que seus algozes passassem horas descrevendo detalhes de horrores que estavam dispostos a fazer com sua filha, então com quatro meses. Nas ameaças, de forma sádica e com demonstrações claras de desrespeito à sua dignidade humana, afirmavam que fariam experiências numa banheira com gelo e ela, a mãe, seria quem marcaria o tempo necessário para que a bebê “ficasse roxinha, virando um picolé”. Noutra situação, sugeriam que imaginasse por quanto tempo a filha aguentaria “ficar com fome, tendo a mamadeira à sua frente” e ela, algemada, sem poder alimentar a criança. Dando sequência à violência psicológica, diziam que a devolveriam com os ossos quebrados, aleijada, o que faria com que Gilse levasse, por toda a vida, o peso da culpa pela condição do estado da filha, sendo obrigada a explicá-la, futuramente, “por que fez aquilo”. Gilse ainda salientou que seu algoz lhe adiantava a resposta que teria que dar à menina: “porque eu quis” (COSENZA apud JOFFILY, 1996, p. 23). Ou seja, os torturadores produziam uma inversão, direcionando às mães a responsabilidade pelos males que poderiam ocorrer aos/às próprios/as filhos/as, atribuindo-lhes representações da “mulher fria” e “mãe má”, expressões presentes nas falas de muitos torturadores, que viam nas militantes atitudes e posturas desviantes das representações estereotipadas sobre o feminino.

Em suas lembranças, Gilse afirma que seus verdugos, após utilizarem uma série de métodos para obterem as informações que queriam, começaram a dizer que ela havia sido treinada pelos comunistas para sofrer, que ela não tinha medo de morrer e que, por isso, não falava nada, mas que eles queriam ver a hora “que estivessem com a minha filha lá, se eu ia ser durona desse jeito” (COSENZA apud JOFFILY, 1996, p. 23-24). Suas falas dão dimensão do quanto



aquelas situações impunham dilemas nada fáceis de serem enfrentados:

Voltava para a solitária chorando. Chorava, chorava, a tensão explodia na minha cabeça e eu ficava desorientada, porque eu não tinha muita dúvida de que comigo eles podiam fazer o que quisessem, que eu morria, mas não falava, mas com ela... E eu começava a entrar em pânico. Eu pensava comigo: pô, será que eu aguento a deixar morrer, ficar aleijada na minha frente e não entregar ninguém? Depois mudava: não, eu não vou aguentar, vou falar. Mas não posso. Se falar eles vão prender outras mães e outras filhas. E aí vou comprar a vida da minha filha e a saúde dela às custas da vida e da saúde de outras mães e outras filhas. Como é que eu vou viver, que ela vai viver, sabendo que está perfeita, porque nós entregamos outras para serem substituídas na tortura? Não, não vou falar! Mas, aí, eu pensava: se eu não falar, como é que vou carregar essa menina aleijada para o resto da vida? Como é que vai ser isso? Eu vou aguentar? Eu ficava quase doida [...]. Eles perceberam que aquilo me afetava. Me afetava até mais que a tortura física (COSENZA apud JOFFILY, 1996, p. 23).

Outra estratégia utilizada pelos operadores dos horrores cometidos nos porões que relacionava modalidades de violências constava de levar os/as filhos/as para assistirem os pais em situações de torturas ou produzir encontros entre as partes, logo após as sessões, quando encontravam-se desfigurados. Essa prática cruel deixou marcas nas lembranças das mães e sequelas em seus/suas filhos/as. Amélia Teles afirma:

Muitas vezes, me surpreendi com o meu filho colocando uma boneca de pano no *pau de arara*, ameaçando-a com um toco de pau como se fosse um revólver, dizendo que se ela não falasse ia morrer. Minha filha amadureceu antes do tempo. Aos 7 anos já tinha seios e todo seu corpo já estava formado para entrar na puberdade. Puberdade precoce que necessitou ser interrompida, trazendo-lhe alterações hormonais para sempre. Meu sobrinho passou a ter convulsões, entrava em pânico como se estivesse levando choques elétricos (TELES, 2010, p. 291).

Nesses relatos memorialísticos das mães militantes, além das denúncias de crueldades cometidas pelo regime, percebemos a necessidade de justificar



suas escolhas pela ação política. Há nessas falas uma preocupação que se estendeu até o presente, já que as representações sobre maternidade, apesar de problematizadas em nichos específicos, permanecem quase inalteradas no senso comum. No passado tiveram que lidar com acusações de seus detratores, que a opção pela militância representaria o abandono da maternidade. Precavendo-se da releitura acerca dessa visão, Crimeia se antecipa:

Depois eu fui presa quando estava grávida. Meu companheiro estava foragido. E, realmente, a gravidez é só da mulher mesmo. Quem estava com o filho no útero era eu. E isso foi usado. Ameaçavam matar meu filho, provocar aborto etc. Então, eles diziam que eu era uma mãe desnaturada, que foi fazer política e podia ter dado melhores condições para meu filho. Existe uma visão reacionária de mulher e da mãe. E dentro dessa visão, quem participa de política é uma mãe desnaturada. Ela não pode participar de política, porque pode prejudicar o filho etc. Mas, minha experiência, embora meu filho tenha só sete anos, mostra que a criança entende isso. Ele entende que sou tão mãe quanto as outras. Não fui eu que determinei que ele devia nascer na prisão. Foram os outros, foi a repressão (ALMEIDA apud PEREIRA, 2009, p. 105-106).

Na elaboração do vivido, numa das lembranças daqueles duros anos, realizadas mais recentemente por Eleonora Menicucci, ao tratar do tema das tensões envolvidas em ser mulher-militante-mãe, também destacou os estigmas sofridos ao optar pela militância: “então, era inadmissível, e é até hoje, que uma mulher [...] abandone a sua família para fazer política. E sobretudo uma criança de um ano e dez meses. Só que não houve abandono. Houve, sem dúvida nenhuma, uma escolha, uma opção de lutar contra a ditadura” (MENICUCCI, 2017). Para nós, fica nítido seu empenho em elaborar uma identidade de militante-mãe distante das imagens estereotipadas que circulavam. Ainda que não falem narrativas dos conflitos vividos, em lugar de ressaltar os momentos de fragilidade, quando estiveram a ponto de sucumbir aos intentos de seus torturadores, destaca a ideia de que a maternidade, longe de torná-las mais frágeis, ajudou-as na resistência. A fala de Eleonora deixa isso patente: “Ali, eu tive, de pronto, a percepção de que jamais esqueceria aquilo e não deixaria que ninguém esquecesse e cuidaria da minha filha para o resto da vida” (MENICUCCI, 2017). Na continuidade da declaração anteriormente citada, de Gilse Cosenza,



também averiguamos, além da referência aos conflitos experimentados nos dias de torturas físicas e psicológicas, a necessidade de estabelecer sentido à luta:

Então, pensei: [...] não vou falar! E tenho que me preparar para vê-la morrer ou ficar aleijada na minha frente. Porque se eu falar para salvá-la, primeiro não garanto salvar, porque eles podem matar do mesmo jeito, e também não garanto que eles vão me soltar, nem soltá-la. Porque nisso eles mentem, sempre [...]. Segundo: se eu falar, vão ser presas outras pessoas e vou ser responsável pelo que suceder a elas. Isso vai ser um peso que praticamente inviabiliza a minha vida. Não sei como é que vou conseguir viver com isso na cabeça. E acho que o próprio amor que eu tenho por ela faz com que ela seja para mim a representante mais próxima de todo o povo, que eu amo. E não posso desvincular o amor que tenho por ela do amor que todos os brasileiros têm direito de ter por seus filhos e que hoje não têm condições de dar a eles uma vida melhor. Tomei a decisão: não vou falar! (COSENZA apud JOFFILY, 1996, p. 32).

Ao elaborar e ordenar, pelos fios da memória, as experiências vividas é comum nas falas uma busca de sentido para explicar a força que precisaram encontrar para suportar tudo que o regime ditatorial lhes impôs. Também é bastante recorrente o argumento de que estavam envolvidas em um projeto político que ultrapassava interesses pessoais e familiares. O discurso elaborado dá conta de que aquela noção era o que as fortalecia nos momentos de torturas física e psicológica. Na narrativa de Amelinha Teles, reproduzindo a lógica que permeou, naqueles tempos, os imaginários de ex-militantes comunistas, o que as alimentava eram a crença e a esperança de “transformar o mundo em rosas, pão e felicidade” (TELES, 2010, p. 288).

Por mais que em muitos depoimentos queiram transparecer que os conflitos e tensões foram todos superáveis, em alguns relatos encontramos reflexões arrebadoras que desnudam a complexidade das experiências. Amelinha, por exemplo, descreve o sentimento de “estranhamento” no reencontro com os filhos:

E aí, o retorno, junto com meus filhos foi um momento muito difícil [...]. Muito estranhamento. Eu sentia eles distante, sabe, foi



muito difícil. [...] É um trauma. O trauma, eu falo assim, eu fiquei para o resto da vida. A maternidade é uma coisa que é muito pesada, muito, muito, muito pesada para as mulheres. Entendeu? (TELES apud PEREIRA, 2009, p. 15).

Na sequência dessa narrativa corajosa, refutando argumentos essencializantes que teimam em afirmar que seria a maternidade o elemento capaz de trazer a “completude” às mulheres, Amelinha fala de seu papel e de suas escolhas pela ação política: “A militância é uma coisa, a militância, você está nela. De uma forma consciente. Na verdade, nem sempre... não. Nem sempre... quem é gente... quem é mãe conscientemente? Eu queria saber” (TELES apud PEREIRA, 2009, p. 17).

A narrativa memorialística ajuda-as, em algum nível, a suportar os sentimentos de injustiças ainda não reparadas. Possuem uma mínima percepção de que suas memórias, narradas ou escritas, detêm força para interferir na escrita da história e mesmo são fundamentais para a elaboração de um passado sobre a militância de mulheres na esquerda. Ao mesmo tempo, reacendem sofrimentos. Sabem que num país como o Brasil a luta contra as arbitrariedades cometidas ainda não obteve o êxito desejado e ainda predomina uma imagem negativa sobre os/as participantes da luta armada. Tal fato impediu, em muitos casos, que o compartilhamento de experiências com os/as filhos/as, em fase mais madura, fosse feito de forma mais aberta, predominando o silêncio.

“Se precisam niños para amanecer”, as militantes argentinas

O cenário das lutas revolucionárias na Argentina, no final dos anos 1960 e durante a década de 1970, guarda semelhanças e especificidades em relação ao mesmo período de enfrentamento político ocorrido no Brasil, também cercado por forças reacionárias que haviam golpeado os instáveis alicerces da democracia. Em ambos os países, as organizações radicais de esquerda montavam, em resposta ao autoritarismo crescente, suas estruturas clandestinas de resistência e guerrilha e para elas acorria esperançosa uma juventude semeada por ideais de justiça e liberdade. Engajadas nas campanhas rebeldes de oposição ao regime cerrado que se impunha, as mulheres atuaram nessa rede de militância ao lado dos homens e construíram trajetórias particulares permeadas por contradições e conflitos que evidenciavam as questões de gênero presentes nas relações interpessoais e políticas.



Apesar de ser esse um tema que vem despertando reflexões,⁸ apoiadas principalmente nos testemunhos e relatos de mulheres sobreviventes que participaram das lutas de resistência às ditaduras, nem sempre as nuances estão colocadas no primeiro plano de análise, predominando, em muitos casos, um esboço mais ou menos generalizado de como as maternidades formaram parte substancial do enredo da militância de mulheres durante a década de 1970. Embora o espaço que dispomos seja limitado, pretendemos apontar certas equivalências e dissensos, tendo como mote indicar a complexidade dessa questão que aproxima militância e maternidade.

Para o caso das mulheres argentinas, dois livros foram selecionados como fontes secundárias para discutir, a partir das entrevistas e relatos ali transcritos, a relação entre o projeto de revolução que as levou à militância e a noção que carregavam de maternidade e de criação dos/as filhos/as nesse contexto de engajamento, mas principalmente de ação na clandestinidade. O primeiro livro é a obra pioneira de Marta Diana, *Mujeres guerrilleras*, publicado em 1996,⁹ livro que a historiadora Patrícia Sepúlveda, autora da segunda obra adotada como fonte documental, também utilizou como referência importante para engatilhar sua própria investigação. Mais recente, o livro de Sepúlveda, *Mujeres insurrectas*, lançado em 2015, realiza um amplo exercício de análise acerca das questões que envolveram a atuação política e social das quinze mulheres por ela entrevistadas,¹⁰ algumas das quais também estiveram entre aquelas que a jornalista Marta Diana havia começado a encontrar para ouvir seus relatos no início dos anos 1990. No caso, o livro de Marta Diana é especialmente central para o estudo aqui proposto, uma vez que nos permite adentrar de maneira mais profunda nos testemunhos, pois nele prevalecem as falas das militantes em sua quase integralidade (com seus silêncios, obliterações, interrupções e ecos), mesmo quando a autora intervém, fazendo conexões e direcionamentos.

A respeito das personagens que compõem os dois livros, correspondem a ex-militantes de organizações que se consideravam a vanguarda do movimento revolucionário, como o Partido Revolucionário de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP), movimento de filiação trotskista, e o grupo de orientação peronista Montoneros. Há registros da passagem de algumas dessas mulheres por outras frentes e partidos, mas foram nas duas maiores organizações argentinas a atuarem no movimento armado de guerrilha nas décadas de 1960 e 1970 que a maioria delas se concentrou.¹¹ Para *Mujeres guerrilleras* foram entrevistadas dezenove personalidades que atuaram nas lutas subversivas. Com exceção de quatro delas, que mantiveram seus nomes



reais, a todas as outras foram atribuídos nomes fictícios visando preservar o anonimato. O mesmo se passou com as ex-militantes entrevistadas por Patrícia Sepúlveda, que igualmente tiveram alterados os nomes para proteger suas identidades. São memórias de mulheres que viveram clandestinas, que passaram pelas frias celas dos presídios políticos, que foram machucadas, torturadas, tiveram amigos, companheiros e familiares mortos e que ainda carregam seus desaparecidos. Quase todas passaram pela experiência do exílio, algumas retornaram – vivem e relatam suas experiências desde a Argentina –, outras jamais pisaram novamente no país.

Como podemos notar, um hiato separa os trabalhos das duas autoras o que, na verdade, foi um estímulo para torná-los fontes de consulta privilegiadas. Embora nossa intenção não seja analisar o modo como essa temporalidade extensa e múltipla produziu seus efeitos nas narrativas datadas da década de 1990 em comparação com os testemunhos pronunciados já na segunda década deste milênio, tonalidades são perceptíveis conforme essas vozes vão somando tempo e atualizando percepções.

Entre o que conversam e o que destoam, há dois pontos interessantes a serem destacados nos testemunhos que integram os dois livros. Como ambas as discussões adotam uma perspectiva de gênero é significativo que sejam aspectos que tocam de perto o tema das relações paritárias ou desiguais que ocorriam entre homens e mulheres dentro das organizações políticas. Nesse sentido, o ponto de vista em relação ao passado que prevalece nas versões narradas pelas ex-combatentes no livro de Marta Diana é o de relações com pontos de tensão e conflito mais explícitos, de tarefas em certa medida ainda discriminadas por sexo, situações que não aparecem com igual ênfase nas palavras de mulheres militantes cujos relatos foram discutidos por Patrícia Sepúlveda. Esses, em compensação, foram mais insistentes em descrever formas harmoniosas de interação no grupo, constatando medidas igualitárias de tratamento entre homens e mulheres militantes.

É claro que, embora haja entre esses dois conjuntos de relatos discerníveis diferenças no peso atribuído aos problemas de gênero, da mesma maneira neles estão presentes, no processo de revisita e retomada das memórias, impressões que são produzidas de forma instável, que se sobrepõem, se contradizem e divergem, o que revela muitas vezes a própria dificuldade/resistência em se estruturar o “pensamento militante” fora dos grandes e ousados projetos que levaram à entrega absoluta a uma causa, penetrando nas fendas do cotidiano em que as tensões e ambivalências se encontram. Mesmo assim, o que se



destaca em todos os relatos das mulheres entrevistadas pela jornalista Marta Diana e pela historiadora Patrícia Sepúlveda é a referência à maternidade e como se constituíam a relação delas com seus companheiros no interior da vida militante.

Como nos interessa particularmente os aspectos implicados na relação entre maternidade e militância, discutiremos algumas das ideias formuladas por vozes de mulheres argentinas que lutaram nos grupos políticos de esquerda e/ou nas organizações político-militares nos tempos de crise e desembocadura do regime autoritário no país. O que os testemunhos evidenciam é que não existe uma visão única a respeito de como as mulheres militantes pensaram, conceberam e vivenciaram a maternidade durante a fase de engajamento político. Sempre que fios de narrativas parecem se encontrar indicando experiências comuns, direta ou nas entrelinhas surgem variáveis que despertam a atenção para as subjetividades que atravessaram suas trajetórias. As particularidades, contudo, não impedem que sejam identificadas ideias e formas muito próximas com que essas mulheres lidaram com a maternidade e com a criação dos/as filhos/as enquanto tinham a vida integrada à luta de guerrilha.

Há, pelo menos, três aspectos recorrentes que podem ser sublinhados nas memórias dessas ex-militantes, sendo o dilema central, ainda que nem sempre encarado dessa forma, o de ter ou não filhos/as dentro daquelas circunstâncias limitadoras, de luta, clandestinidade e repressão. Ou bem a postura era a de ter filhos/as, decisão motivada em boa parte pela justa circunstância da luta revolucionária – crianças que pudessem nascer como herdeiras da revolução. Ou, encarando a escolha por engravidar no mesmo contexto, a opção individual se colocava como catalisadora e não como projeto político. Ou, um caso também presente, decidia-se por não tê-los, a partir de uma estrita convicção sobre a fatal incompatibilidade entre atuar na militância e gerar/criar filhos/as que haveriam de crescer para todo caso, senão como herdeiros/as, como vítimas de todo o processo.

A história de Teresa Meschiatti, conhecida entre seus/suas companheiros/as por “Tina”, que militou no peronismo montonero por nove anos, é emblemática no conjunto dos relatos analisados. Sua visão sobre a maternidade, as escolhas e os episódios que viveu, teria sido tão complexa e conflitiva que um ciclo inteiro dessas experiências maternas imbricadas na militância parece ter se completado em sua vida durante a década em que passou trabalhando pela revolução. Sua entrada na guerrilha aconteceu no ano de 1967 quando se uniu a uma organização marxista que, atenta ao projeto de Che Guevara na Bolívia,



formou o Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR), grupo que, mais tarde, se aproximou do peronismo e passou a atuar na frente urbana. O retrato que emerge de suas recordações é o de uma jovem idealista que pensava suas escolhas desde um projeto coletivo, cujas consequências transformadoras alterariam o destino de muitos. Quando menciona a maternidade não a glorifica, antes a define como um limite, um obstáculo, um fato de difícil conciliação com a militância e, afinal, a reconhece como um dilema da mulher militante:

De todos modos, el punto máximo de conflicto para la condición femenina creo que es el tema de los hijos. Eso estuvo atravesado y va seguir así. Al menos en mi caso. La entrega era total y no había lugar seguro para ellos, porque tenés que andar armada y tener armas en tu casa [...]. Si los tenías, vivías con una puntada en el corazón (DIANA, 2006, p. 55).

O passo que deu ao entrar para a militância, como reforça em sua narrativa, exigiu esforço e um regime incessante de entrega e compromisso, o que a levou a uma rotina imersa na resistência armada clandestina onde não via terreno seguro para tornar-se mãe: “Yo formaba parte de ese grupo de gente que pensaba que no había que tenerlos, aunque el pueblo tenía hijos y hubo compañeros que en esa primera etapa también los tuvieron” (DIANA, 2006, p. 48). A renúncia inicial fornece pistas sobre a crítica que sustentava sua avaliação a respeito do machismo inscrito no modo como se estruturavam as regras e as condutas nas organizações guerrilheiras: “dentro de nuestra organización, que era cerrada y militarista, lo que definía el mando era el coraje y la decisión de llevar adelante muchas tareas [...]. Sin embargo, el machismo existe en todas las sociedades y nuestra organización no fue una excepción” (DIANA, 2006, p. 54). Não é difícil notar na fala de “Tina” o esforço em afirmar que, apesar de haver a prerrogativa da igualdade entre os/as militantes, de as relações de gênero nessa comunidade de jovens engajados partirem do pressuposto da ruptura com os modelos tradicionais, de mulheres e homens não possuírem diferenças que os desigualassem intelectualmente, no fundo pulsava a contradição de as mulheres, ao engravidarem e terem filhos/as, ficarem mais suscetíveis e expostas, principalmente como alvos da crueldade da repressão: “porque también sabíamos que, de caer, mujeres embarazadas o niños eran el punto de chantaje” (DIANA, 2006, p. 55).

A clareza do que significava, dentro das condições díspares masculinas e



femininas, ser mulher e militante de uma organização de resistência armada, com todas as consequências que isso poderia implicar, variava bastante no entendimento geral. Muitas mulheres que militaram tanto no Montoneros quanto no PRT-ERP não viam a maternidade como uma questão adversa, a qual as teria atravessado por meio de dúvidas e embates. Pelo contrário, em muitos dos testemunhos coletados anos mais tarde as crianças nascidas no terreno da luta política foram vistas como razão substancial para levar adiante o projeto de um futuro construído pela revolução. As experiências da guerrilheira argentina Teresa Meschiatti e as reflexões que fez sobre o ser mãe no turbilhão da luta armada comporta um pouco da evidência do que Alejandra Oberti chamou de dilema entre corpo e identidade:

Extraer de los cuerpos todo lo que estos puedan dar constituyó la consigna para aquellos varones y mujeres que estuvieran dispuestos a entregar su vida por la causa revolucionaria. Sin embargo, lo extremo de la exigencia tiene diferencias ya sea que se trate de cuerpos femeninos o masculinos [...]. Esto se ve con gran claridad, por ejemplo, en relación a la maternidad, una práctica social en la cual las mujeres tiene una tarea indelegable: el embarazo y el parto, por lo menos (OBERTI, 2015, p. 898).

A “tarefa indelegável” – por mais que pudesse existir a tomada de posição dos companheiros pais em se responsabilizar pela criação dos/as filhos/as, dividindo funções e dedicando-se a manter um relacionamento fora dos padrões de gênero – foi o que levou Teresa Meschiatti a manter o máximo que pôde a militância em uma esfera separada daquela que pensava ser a esfera materna (íntima, privada). Segundo ela: “para militar como militaba, tenía que tener una concepción muy dura que era no tener hijos” (DIANA, 2006, p. 51). E para manter sua decisão, durante o período que vai de 1967 a 1975, tempo corrido em que foi militante do braço armado peronista, realizou sete abortos. Quando, ao fim, resolveu continuar com uma gravidez e ser mãe foi a reboque de outra decisão muito importante, afastar-se da militância para entregar-se completamente à maternidade. Conforme avalia:

Una cosa que yo hice bastante correcta, a mi modo de ver, es que cuando decidí tener un hijo también decidí parar para dedicarle a mi hijo un tiempo que fue muy profundo, muy necesario [...]. Durante los cinco meses me ocupé de mi hijo y después intenté



hacer una militancia de ‘medio tiempo’ para tratar de conservar ese rol de madre (DIANA, 2006, p. 49).

No entanto, em 1976, o golpe de Estado aconteceu, o clima opressivo se intensificou e a repressão tornou-se muito violenta. O marido foi morto pelas forças policiais do regime. Ela, sequestrada e presa por dois anos em La Perla, centro clandestino de detenção na província de Córdoba, só foi libertada em dezembro de 1978, após sofrer torturas físicas e ser sexualmente violentada. Reavendo o filho, deixou o país para viver no exílio.

Outras mulheres militantes entrevistadas por Diana e Sepúlveda demonstraram possuir uma ideia de maternidade menos antagônica à militância, no sentido de que não consentiam fronteiras tão precisas entre o público/político e o privado/pessoal. Assim, não foi raro encontrar nos relatos a simbiose entre maternidade e militância, de guerrilheiras que fundiram as funções maternas com a luta política que, em alguns casos, levavam os/as filhos/as às missões designadas, que chegaram a morar em casas que eram células da organização e que, durante a gravidez, se esforçaram em não se afastar das tarefas militantes:

En los ámbitos en los que yo estuve en los últimos tiempos, en realidad, las compañeras embarazadas tenían tanto compromiso como los compañeros. Y te diría que hasta, a veces, un nivel de exposición muy alto, porque las compañeras iban a cubrir citas con sus tremendas panzas y con los niños de la mano [...] yo creo que buscaron las mil formas de, precisamente, seguir estando tan comprometidas como sus compañeros o como ellas mismas antes de estar embarazadas o antes de tener niños (SEPÚLVEDA, 2015, p. 198-199).

O testemunho acima, de uma militante da Juventud Peronista, sequestrada em 1977 e por dois anos presa na Escuela Superior de Mecánica de la Armada (ESMA) – instituição da Marinha argentina que funcionou como centro clandestino de detenção, tortura e extermínio, lugar de cativeiro onde foram assassinadas mais de quatro mil pessoas durante a ditadura militar (1976-1983)¹² – expõe um tema caro às mulheres que militavam na frente de resistência, ou seja, a questão da conciliação entre o compromisso da luta revolucionária e a criação e proteção dos/as filhos/as que nasciam em meio à guerra travada pelos



agentes da repressão na perseguição aos grupos de enfrentamento ao regime.

Em relatos como o de Nelida Augier, militante do PRT e uma das fundadoras de seu braço armado, o ERP, somos apresentados a uma experiência incessante de convivência dela com o filho, o qual, com poucos meses de vida, enquanto a mãe agia pela organização e tentava cuidar da integridade física dos dois para não cair nas mãos repressoras, era levado aos compromissos que ela tinha que cumprir, transitando por reuniões e fazendo toda ronda necessária:

Me acostumbré a andar por todos lados con José a costas. Dormíamos casi todos los días en casas diferentes, le cambiaba los pañales o le daba la mamadera donde fuera necesario. La dupla, madre/niño funcionaba a la perfección, y yo, feliz, veía crecer cada día a mi negrito hermoso (DIANA, 2006, p. 101).

A recordação de Nelida Augier coloca em perspectiva uma concepção compartilhada por outras mulheres do movimento de guerrilha, a de que havia entre a atividade materna e a militante uma sintonia “natural” e espontânea. Entrevistada por Patrícia Sepúlveda (2015, p. 199), Silvia M.¹³ torna a mesma prerrogativa uma “verdade”, ao afirmar nunca haver escutado durante a sua participação na luta armada “a ninguna compañera con hijos que tuviera dificultades”. Falava da experiência de mulheres com quem conviveu, mas também dela mesma, que havia entrado para a organização Montoneros mãe de três filhos. Em declaração subsequente, narra o que a impulsionou, junto ao marido, em plena agitação política, a engravidar novamente:

Nosotros leímos un artículo que hablaba de que las guerras de liberación tienen muchos hijos, incluso la canción dice “se precisan niños para amanecer” [...], en una situación así como la que estábamos viviendo nosotros, que considerábamos era una guerra de liberación era preciso tener más hijos. Y después de que leímos eso, creo que nosotros decidimos que naciera Paula (SEPÚLVEDA, 2015, p. 195-196).

Segundo sua análise, até o cerco se fechar com a tomada de poder pelos militares, as atividades subversivas não eram difíceis de serem executadas pelas militantes que eram mães. O verdadeiro perigo veio com o recrudescimento da repressão e com a necessidade cada vez mais acentuada de passar à clandestinidade. A partir deste ponto, e grávida de sua última filha, sua própria



decisão foi a de abandonar a militância. Porém, o modo tanto como Silvia M. quanto Nelida Augier traduzem em equilíbrio as duas funções chega muito perto de apagar o verdadeiro labirinto da questão, que era não só o esforço extenuante dessas mulheres para continuarem na ativa durante a gravidez e nos meses seguintes ao nascimento, como a assimetria na repartição das responsabilidades que envolviam a criação dos/as filhos/as. Os homens, quase sempre, privilegiavam a militância.

Apesar de essas mulheres, que pertenciam a “vanguarda revolucionária” da década de 1970, compreenderem a si e a suas práticas como desafiadoras e opostas às convenções, de enxergarem o sexismo que conduzia as relações dentro do coletivo político a que pertenciam e o machismo de seus próprios companheiros, e de afirmar querer combatê-los, parte do imaginário social hegemônico estava assimilado em suas subjetividades. Havia o inconformismo e a busca de estratégias para lidar com essas desigualdades, mas havia também certa normalização/naturalização dos papéis de gênero, o que gerava contradições nem sempre percebidas. Isso fica patente na fala da militante do PRT-ERP, Liliana Callizo, que foi sequestrada em 1977, quando o filho tinha apenas um ano de idade, e por três anos detida em um centro de tortura das Forças Armadas. Ela ressalta que, embora houvesse um movimento de transformação dos costumes, do pensamento e dos valores que a sua geração tinha colocado em marcha e, mais especificamente, a juventude que se politizava vinculada aos movimentos populares e de esquerda, havia concepções tão calcificadas no imaginário e nas práticas cotidianas que, mesmo erguendo novos e emancipatórios pilares para a vida, algumas noções, principalmente acerca dos papéis sociais femininos, permaneciam intocadas.

No niego que en las organizaciones haya habido machismo. Erradicarlo fue justamente la tarea que intentamos dentro del nuevo estilo de relaciones que planteamos entre un hombre y una mujer nuevos. Existía una voluntad expresa de considerar igual a la mujer. Lo que pasa es que hay una cuestión con los hijos que es un tema muy difícil de resolver, y tampoco nosotros lo hicimos. Dada la relación entre el hijo y la madre parece que por ley y derecho a ella le corresponde casi todo, y es lo que pasaba generalmente (DIANA, 2006, p. 117).

Para nós é bastante sugestiva a forma tênue com que o testemunho de



Liliana separa o sentido social do fator biológico ao considerar a maternidade, a relação mãe-filho/a e o arraigado comportamento machista como elos de um mesmo processo que tem sido perpetuado por meio de uma relação de dominação e exploração da mulher. No limite da associação entre a mulher e o corpo biológico reprodutor, a militante entrevistada parece reconhecer que o direito (e tão mais o dever social) que leva à centralidade e quase exclusividade da mãe na criação dos/as filhos/as, e a uma estrutura assimétrica de papéis, advém tanto da força de uma lei que é natural, quanto da repetição de um comportamento. É “por ley y por derecho”, diz Liliana. E é nesse duplo que se reforça mutuamente e se organiza dentro das normas patriarcais, criando efeitos ambivalentes, que a problemática da maternidade aparece como de difícil solução.

Os elementos paradoxais nas narrativas das mulheres que testemunharam sobre suas experiências na luta armada devem ser compreendidos como pontos de contração entre o ideal, ou o idealizado, e a realidade, ou o que foi vivido por elas, em cuja tensão opera uma memória, como já lembrado aqui, “orientada pela vida atual, pelo lugar social e pela imaginação” (MALUF, 1995, p. 31). Essa precisão com que o ato de relembrar o passado deve ser tratado por quem o analisa foi muito bem discutida por Marina Maluf, que nos aponta como o exercício de recaptura das lembranças torna inteligível e significativo o passado, não porque revela *uma* “verdade”, mas porque a multiplica e jamais a esgota. Isso tem duas implicações, saber que “não há como erradicar o ponto de vista, a incerteza, a contradição e a parcialidade da narrativa”, e que toda perspectiva autobiográfica, além do pessoal, é esculpida por fatores sociais, culturais e políticos (MALUF, 1995, p. 34).

Colocar, mais uma vez, essa noção no horizonte convém para chegar o mais perto possível das nuances que caracterizam alguns dos discursos produzidos pelas mulheres militantes no que se refere ao uso, em grande parte das vezes inconsciente de sua fratura e contradição, de definições essencialistas acerca da feminilidade e da função materna. Para trabalhar um pouco mais com essas questões tomamos a fala de Alejandra, uma das entrevistadas por Marta Diana. O que ela chama de “condição feminina” vem à tona mais de uma vez para explicar ora a fragilidade ora a força/poder que ser mulher lhe conferia no território da militância política. Vai então construindo essa dicotomia a partir da sua relação com outro militante, sua referência para desdobrar os acontecimentos que a marcaram.

O modo como Alejandra edifica sua memória recortando os sete anos em



que militou em organizações de esquerda, mais do que a maioria dos relatos sobre aquela época narrados por essas mulheres que tiveram participação transgressora na guerrilha urbana, parte de um olhar que observa sua experiência passada pela perspectiva da diferença e não, como foi frequente ler nessa produção testemunhal, pelo princípio da igualdade, defesa feita ou por meio da crítica ao machismo dentro das organizações ou da negação de sua existência nesses espaços revolucionários. Mesmo vivendo no dia-a-dia a mescla das esferas pública e privada, ideologicamente erguidas como distintas, sua fala vai reconstituindo uma visão implicitamente adequada à noção de que o domínio da política era conduzido por matéria distinta da esfera privada ou da vida doméstica.¹⁴ Em trecho que reverbera outras citações, indicando um prolongamento entre a militância política e a maternidade, a fala de Alejandra reproduzida abaixo é um esforço no caminho inverso. Ela parece querer dizer que a maternidade exercida onde a política acontece é um evento fora de lugar, um equívoco, uma intrusão às vezes necessária, mas indevida:

Pero creo que para todas se trataba de un hermoso desafío: ser mujeres diferentes [...]. Pero los cambios no son fáciles [...]. El caso de los chicos es un buen ejemplo. Algunos han dicho que se usaban como “cobertura”. Al menos en los casos que conocí no era esa la intención. Lo que pasaba es que había madres que a veces no tenían con quién dejarlos, o estaban en período de lactancia, y los llevaban con ellas a las reuniones. He visto compañeras discutiendo un tema y amamantando el bebé. Eso no está bien, lo sé. Pero así estaban organizadas las cosas. Supongo que eso nacía del perfil de héroes que se esperaba que fuéramos [...]. Más tarde vi en el exterior mujeres militantes en reuniones, mientras sus hijos esperaban en sala aparte, cuidados por otros compañeros. Eso a la Argentina no llegó (DIANA, 2006, p. 33).

Muitas coisas chamam a atenção no fragmento de texto que explicita a opinião de Alejandra a respeito da presença em espaços de ação política de mulheres militantes com seus/suas filhos/as. Seu ponto de vista destoa de outras vozes mencionadas, as quais foram portadoras de duas opiniões gerais: a) era algo absolutamente natural, parte mesma do projeto de transformação da sociedade, ter os/as filhos/as junto de si enquanto se trabalhava pela revolução; b) era algo que dizia respeito a cada mulher, uma escolha pessoal, sobre a qual não se legislava como uma regra de conduta. Neste caso, surge uma nova percepção



que antagoniza as duas tarefas, que seriam dessemelhantes e inapropriadas uma à outra. Ou, no máximo, poderiam ser conciliadas temporariamente, com seus traços, de todo modo, permanecendo distintos.

O que vemos com alguma nitidez é a internalização em suas palavras de uma ideia que reforça que a mulher possui uma identidade, ou atributos próprios de seu gênero, que a coloca frente a um destino difícil de contornar, por mais que o tente subverter – e de fato o subverta. Esse destino não seria, de modo algum, ou não necessariamente, o tradicional, de ser esposa de alguém, dona do lar e mãe dos/as filhos/as dessa relação. Ela dá a impressão de se referir muito mais a uma missão superior da mulher, sua natural capacidade para resistir, sua forma singela e soberana de cuidar e sua menos afetada ambição pelas grandezas ilusórias. É interessante porque Alejandra é uma das poucas entrevistadas que diz ter sido o feminismo, com o qual entrou em contato em seu exílio no México, a âncora que a libertou dos desenganos da militância política, da sua submissão cega: “mi relación con el feminismo me ayudaba a descubrir cosas de mi interior como mujer” (DIANA, 2006, p. 41-42). Segundo ela, a entender que os sentimentos não eram inferiores à razão e que o sufocamento da vida pessoal pela política a havia feito menosprezar suas vontades, deixando de tomar decisões que não fossem inteiramente coerentes “con una supuesta ética revolucionaria”.

É uma compreensão muito afinada com o chamado “feminismo da diferença” que, naquele período, final da década de 1970 e início dos anos 1980, se esforçava em afastar o que julgava ter sido o grande malefício da noção igualitária das mulheres em relação aos homens, o apagamento das suas particularidades, contra-argumentando que a “diferença” era a única categoria de análise capaz de elevar as mulheres sem assimilá-las ao universal masculino. Assim, o corpo feminino e sua experiência histórica tinham valor e significados que tornavam a mulher não só diferente física, como subjetivamente do homem, e que essa diferença deveria ser valorizada. É um esforço de retomada ou um resgate resignificado da noção de “identidade feminina”, a qual, de acordo com Rosiska de Oliveira, em livro que ergue forte defesa ao discurso da diferença, seria “tributária de uma espécie de cultura das mulheres que, como tradição, marca a experiência existencial de todas elas” (OLIVEIRA, 2012, p. 15).

Há várias correntes dentro do feminismo da diferença, mas, de uma maneira geral, sob seu signo está a ideia basilar de que as mulheres não são iguais aos homens e também de que elas próprias são diferentes entre si. E dentre as críticas feitas, aquela que aponta como problemática a rígida oposição que



fazem as feministas da diferença entre o mundo público e o privado é a que mais nos interessa. Bila Sorj chama a atenção exatamente para o risco de que esta dualidade irreconciliável congele “características que se encontram de maneira mais predominante, ou de forma mais aguda, em um ou outro grupo”, reproduzindo e reforçando a imagem do “mundo público como o território da razão masculina, enquanto o mundo privado seria a zona livre do afeto e da solidariedade” (SORJ, 1992, p. 146). Nessa linha de raciocínio, a “cultura feminina” estaria fundamentalmente baseada “na experiência da maternidade, de cuidados e responsabilidade com a vida de um outro ser”. Por mais que essa ideia pudesse entrar em choque com o novo modelo de mulher militante que se erguia com a esquerda armada, o atrito era aparente, pois de modo algum o divórcio entre o ideal da militante totalmente absorvida pela causa rebelde e o ideal da mãe diligente e afetuosa foi absoluto.

Considerações finais

Ler os relatos de mulheres – especialmente aquelas que partiram para a luta armada ou outras formas de atuação nos tempos de lutas clandestinas – nos faz pensar o quanto ainda há o que percorrer sobre a temática. De modo semelhante às brasileiras, as argentinas tiveram experiências e expectativas a respeito da militância e da maternidade que não foram partilhadas de modo elementar em todos os aspectos. Pautaram suas lutas e compromissos políticos em bases ideológicas que se coadunavam porque tinham firmes convicções sobre a nova sociedade que desejavam construir. Mas as vivências foram múltiplas e o modo como pensaram e praticaram a maternidade em tempos de ativismo político não foi idêntico.

Tanto nos relatos das brasileiras quanto nos das argentinas, a maternidade, vivida em uma época engajada na política, não foi posta em termos negativos por nenhuma das mulheres que refletiram sobre isso, nem mesmo por aquelas que recuaram diante dessa possibilidade, de serem mães na guerrilha. A conjuntura política, sim, e sua violência institucionalizada.

Vimos que entre a maternidade e a militância houve cisões e simbioses, que as experiências e percepções foram díspares e heterogêneas, embora fundadas em dilemas comuns. Dificilmente, podemos extrair dessa amálgama de singularidades um retrato modelar, uma fórmula ou uma síntese que conforte as variantes que fazem com que esse seja um tema tão rico e movediço, tão apto a releituras e debates. Mas o que não devemos perder de vista é a forma

com que militância e maternidade se resignificaram mutuamente a partir do protagonismo de mulheres que ingressaram nas organizações de resistência às ditaduras militares. Política, ideológica e subjetivamente, elas inauguraram novas vivências cuja ousadia foi a de ter rasgado a cortina divisória entre o pessoal e o político, inscrevendo a maternidade em parâmetros que desafiavam com obstinação a moral burguesa e tradicional da mulher voltada para dentro, mãe zelosa do lar e dos filhos, espectro do marido, anulada em seus próprios projetos. Da negação desse modelo, embora em alguns aspectos não de todo expurgado, emergiram possibilidades ideais e concretas de experimentar uma maternidade alternativa e uma cidadania intensificada pela ação militante.

Referências

ACTIS, Munú; ALDINI, Cristiana; GARDELLA, Liliana; LEWIN, Miriam; TOKAR, Elisa. *Ese infierno: conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA*. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução Sérgio Millet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEGUÁN, V. et al. *Nosotras, presas políticas: obra colectiva de 112 prisioneiras políticas entre 1974 y 1983*. Buenos Aires: Nuestra América, 2006.

CAPELATO, Maria Helena. Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a história. *Clio Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 24, p. 61-81, 2006.

CARNOVALE, Vera. *Los combatientes: historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

CIOLLARO, Noemí. *Pájaros sin luz: testimonios de mujeres de desaparecidos*. Buenos Aires: Planeta, 1999.

DIANA, Marta. *Mujeres guerrilleras: sus testimonios en la militancia de los setenta*. Buenos Aires: Booket, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história*



oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

JOFFILY, Mariana Rangel. *Vale a pena se a gente souber amar, se a gente souber lutar*. Entrevistas realizadas à pesquisadora. Trabalho realizado no Curso de História, 1996. Mimeo.

JOFILLY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrada. Resistência feminina à Ditadura Militar*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC/SP, 2005.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas: uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1989.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *História da maternidade e história oral: trajetórias historiográficas e desafios metodológicos*. Curitiba: [s. n.], 2008. Mimeo.

MARTINS, Ercílio da Silva. Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70. *Epígrafe*, São Paulo, v. 6, n. 6, p. 43-66, 2018.

MENICUCCI, Eleonora Menicucci. Eleonora Menicucci: As mulheres estão na linha de frente da resistência contra o golpe. [Entrevista concedida a] MOSER, Magali. *Catarinas*, Santa Catarina, 12 ago. 2017. Entrevista. Disponível em: <https://catarinas.info/eleonora-menicucci-as-mulheres-estao-na-linha-de-frente-da-resistencia-contr-o-golpe/>. Acesso em: 12 ago. 2017.

OBERTI, Alejandra. ¿Lo personal es político?: repensar la historia de las organizaciones político militares. *Estudios Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 893-911, 2015.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudios Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *O elogio da diferença: o feminino emergente*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

PEREIRA, Ivonete. Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989). *História Oral*, São Paulo, v. 12, n. 1/2, p. 103-128, 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A., 1991.



SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos pagu*, Campinas, v. 16, p. 137-150, 2001.

SEPÚLVEDA, Patricia Graciela. *Mujeres insurrectas: condición femenina y militancia en los 70*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2015.

SIMÓN, Paula Cecilia. Palabras de mujeres: los testimonios femeninos sobre la cárcel y el campo de concentración en la última dictadura militar argentina (1983-2014). *Veguetas*, Las Palmas, n. 19, p. 457-485, 2019.

SORJ, Bila. O feminismo como metáfora da natureza. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 143-150, 1992.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Lembranças de um tempo sem sol. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina (org). *Gêneros, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 284-292.

WOLFF, Cristina. Eu só queria embalar meu filho: gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul. *Aedos*, Rio de Janeiro, n. 13, v. 5, p. 117-131, 2013.

Notas

¹Universidade Federal do Espírito Santo.

²Universidade Federal do Espírito Santo.

³O *Segundo Sexo* (1967), de Simone de Beauvoir, e *O Mito do Amor Materno* (1985), de Elisabeth Badinter ousaram problematizar esse tema que ainda encerra inúmeros tabus, inclusive entre mulheres. Ambas foram críticas aos argumentos que corroboraram para naturalizar a “sacralidade do amor materno”, apresentado como algo “inato”. O ponto de intersecção entre ambas está no fato de entenderem que o amor materno não constitui um sentimento inerente à condição de mulher: não é um determinismo biológico, mas algo que se adquire.

⁴Maria Helena Capelato (2006) cita Diana Quatrocci-Woisson no uso que faz do termo hiperminésia, visto em seus aspectos positivos e negativos. Contribui para fortalecer lutas pela cidadania, mas, ao mesmo tempo, impede de refletir, de forma mais consciente, o presente.

⁵As fontes orais, como todo corpus documental, possuem metodologias de análise específicas. Mesmo entre elas – entrevistas, testemunhos, relatos de vida, depoimentos – há técnicas de obtenção de conteúdo e de análise distintas. Os níveis de relações comunicativas entre sujeito e objeto de estudo também são diferentes, especialmente no caso das entrevistas, quando a interação comunicativa entre pesquisador e narrador é mais frequente. No caso dos relatos e depoimentos, como sublinha Maria Isaura Pereira de Queiroz (1991), as distâncias se instalam “na forma específica de agir do pesquisador ao utilizar cada uma destas técnicas, durante o diálogo com o informante”. Cientes



dessas distinções, que são precisas no trato metodológico, neste artigo utilizamos os termos quase que de maneira sinônima para explicitar a fala de mulheres que, lidando com reminiscências dos tempos de militância na luta armada, situam suas falas como testemunhos de uma época, como personagens históricas, mas igualmente como sujeitos de suas próprias vidas, oferecendo relatos, narrativas que evidenciam a mescla entre a história individual e a coletiva. Para maiores informações sobre o debate, ver: Ferreira e Amado (2006).

⁶As histórias de resistência diante das torturas na Ditadura de Gilse Cosenza e mais quatro companheiras: Maria do Rosário da Cunha Peixoto, Loreta Valadares, Laudelina Carneiro e Delcy Gonçalves de Paula (Sissy) está registrada em: Manfredini (1989).

⁷Os trechos das entrevistas concedidas à Mariana Joffily foram retirados do trabalho de Olívia Joffily, citados nas referências.

⁸Existem inúmeras publicações de conteúdo memorialístico-testemunhal. Por falta de espaço citaremos três referências escritas por mulheres a partir da década de 1990: Ciollaro (1999); Beguán *et al.* (2006); Simón (2019).

⁹Neste trabalho foi utilizada a edição de 2006 do livro de Marta Diana, em sua 3ª edição, publicada pela Editorial Planeta, como parte do selo Booket.

¹⁰O conjunto de relatos é extenso e as dimensões deste artigo impede que sejam explorados em toda a sua riqueza. Os trechos destacados foram escolhidos pautando-se na forma expressiva com que demonstravam os matizes nos posicionamentos e vivências a respeito da maternidade e da militância, como questões e dilemas enfrentados pelas mulheres na luta revolucionária.

¹¹Para detalhes sobre o PRT-ERP, ler o esclarecedor artigo de Ercilio da Silva Martins (2018), e para detalhes do processo de formação do partido e do grupo guerrilheiro ler o livro de Vera Carnovale (2011).

¹²Sobre o assunto, consultar Actis; Aldini; Gardella; Lewin; Tokar (2001)

¹³Algumas das mulheres entrevistadas por Patrícia Sepúlveda não foram identificadas com nome e sobrenome, ainda que fictícios, acontecendo de algumas delas, como Silvia M., aparecerem com o sobrenome abreviado. Marta Diana, por sua vez, optou ora por dar-lhes um nome completo, ora por manter o nome de guerra, ou o apelido, ora ainda por identificá-las, em alguns casos, apenas por um primeiro nome.

¹⁴Alerta para o fato de que a dicotomia “público/privado” tem múltiplos significados. Opta por trabalhar com a dicotomia público/doméstico. Ver: Okin (2008).